

RELAÇÕES POLÍTICAS DE PODER ENTRE PROFESSORES, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E GESTORES ESCOLARES EM TEMPOS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL

Jane Cordeiro de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
janecoliveira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Apresentamos, sob o olhar de Ball (1994a, 1994b, 2006, 2010), a ação dos atores que trabalham na escola, professores e gestores escolares e suas relações de poder, em tempos de distanciamento social. As escolas públicas do Rio de Janeiro foram fechadas durante o ano de 2020, reabrindo com lotação parcial em 2021, por conta da pandemia. Diante dessa realidade, os docentes buscaram novas formas de contato, no ano passado, utilizando as redes sociais e, este ano, a plataforma Rioeduca em Casa (RIO DE JANEIRO, 2021). Ball (1994a, 1994b) trata a escola como uma forma alternativa de organização e considera que as micropolíticas são complexas e codificadas em diferentes embates, compromissos, interpretações e reinterpretções dos textos e documentos das políticas.

A metodologia de investigação foi qualitativa, cujo instrumento foi a pesquisa documental. Nossas fontes foram as publicações oficiais da Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade do Rio de Janeiro, contidas na plataforma Rioeduca em Casa (RIO DE JANEIRO, 2021). A análise de conteúdo dos textos analisados está referenciada em Bardin (1977), que defende a realização de uma correlação entre os dados empíricos e teóricos, a fim de que a análise atinja os objetivos propostos na pesquisa.

Ball (2006) afirma que micropolíticas são processos e articulações entre diferentes grupos escolares que trabalham no espaço escolar. As micropolíticas representam as disputas de poder e de voz entre todos os envolvidos na escola e como eles percebem e recontextualizam as políticas externas, construídas nas instâncias governamentais. Com base neste contexto, apresentamos estas questões: como as micropolíticas de poder são concretizadas, mesmo em distanciamento social? Como os professores se apropriaram da plataforma Rioeduca em Casa?

AS RELAÇÕES DE PODER

Percebeu-se uma evidente estrutura hierárquica entre gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores, com indicações de poder e de controle reveladas nos textos e documentos distribuídos por meio de comunicação remota, entre professores e gestores. Os dados demonstraram evidências de verticalidades, visualizadas por indicações de cobranças para que os professores postassem periodicamente atividades virtuais na plataforma Rioeduca em Casa. Os gestores escolares selecionam o que deve ser publicado e o que deve ser evitado pelos docentes. Os instrumentos de controle foram os documentos oficiais publicados pela SME, que funcionam como instrumentos de regulação do trabalho docente.

Ball (1994b) considera que todo discurso das políticas vem imbricado de poder. Os discursos produzem e transmitem poder. Como resultado dos embates entre as vozes das políticas oficiais e professores, estes últimos buscaram caminhos alternativos para manter sua relativa autonomia frente às demandas e verticalidades das políticas oficiais. Muitos professores criaram redes de comunicação entre eles, onde compartilham dúvidas, angústias e informações, sem a interferência dos gestores escolares. Diante desse contexto, percebemos que a escola passa por um momento peculiar, onde o controle é exercido pela SME, através dos textos oficiais divulgados em meios de comunicação remota e *sites* oficiais que fazem parte da plataforma Rioeduca em Casa, a fim de que os professores cumpram com as diretrizes ditadas pelas políticas oficiais, o que Ball (2010) denomina de gerencialismo.

O diretor, o diretor-adjunto e o coordenador pedagógico são os profissionais que compõem a equipe gestora das escolas públicas municipais da cidade do Rio de Janeiro. Eles são os responsáveis pela organização da escola e pelo repasse dos documentos oficiais. Portanto, compreendemos que sofrem as pressões oriundas das políticas externas, assim como os professores. Os conflitos gerados por estes embates criam resistências, interpretações e recontextualizações no campo das micropolíticas, apresentando, como resultado deste conjunto de ações, novas políticas.

As novas políticas são consequências do processo de recontextualização das políticas externas que somam-se às políticas criadas entre os docentes, como resposta às demandas específicas de cada escola (BALL, 1994a). As micropolíticas

se fortalecem e ganham significado no próprio contexto onde são criadas: o espaço virtual da escola, e nas redes de comunicação criadas pelos docentes. As micropolíticas são consideradas pelo autor como difusas e obscuras porque cada comunidade escolar cria o seu próprio processo de adaptação às políticas oficiais. A comunidade escolar e as instâncias governamentais são consideradas por Ball (1994b) como “atores das políticas”, isto é, agentes ativos na criação e recriação de micropolíticas.

O processo de apropriação docente dos mecanismos existentes na plataforma se deu através de vários cursos em modelo *on-line*, a fim de que, além de utilizarem a plataforma em seus trabalhos pedagógicos, pudessem auxiliar seus alunos na utilização da mesma. Esse percurso ainda se mostra desafiador, uma vez que a plataforma está em fase de ampliação, com o acréscimo de novos aplicativos e *sites* voltados para a educação dos alunos das escolas públicas municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que, diante do contexto peculiar que ora vivemos, a SME mostrou empenho em democratizar o conhecimento aos discentes através de uma plataforma remota, sem custo, buscando alcançar o máximo de alunos possível. Porém, a falta da formação docente para atuar no ensino remoto trouxe desafios: os professores tiveram que apropriar-se desses mecanismos para ministrar suas aulas na plataforma Rioeduca em Casa. Percebemos que as micropolíticas de poder, mesmo remotamente, continuaram atuantes através dos meios de comunicação virtuais e dos documentos oficiais do poder público municipal e, também entre gestores escolares e docentes. Os dados revelaram que os professores, através de meios remotos, buscaram caminhos para construir seus percursos pedagógicos, sem a interferência direta das políticas centrais.

Consideramos este texto como uma reflexão sobre este período que passa a educação pública brasileira que vem sofrendo com o desinvestimento e o sucateamento. Percebemos também que o acesso à internet entre os jovens de classes sociais desfavorecidas, criou um abismo social de aprendizagem, pois as classes mais pobres enfrentam, além da falta da internet, a perda do poder aquisitivo e o desemprego, que atinge 14,7% da população economicamente ativa (IBGE,

2021). Finalizamos, indagando se a crescente desvalorização da educação retratada pela falta de investimentos públicos cobrará seu tributo no futuro.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar**. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica, 1994a.

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994b.

BALL, S. J. **Education, policy and social class: the select works of Stephen J. Ball**. New York: Routledge, 2006.

BALL, S. J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55 maio-ago. 2010. Disponível em: https://www.ufrgs.br/edu_realidade/. Acesso em: 17 dez. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de desemprego no Brasil em 2021**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>. Acesso em: 23 jul. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Plataforma Rioeduca em Casa**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca. Acesso em: 21 jul. 2021.